

Quando o não é sinônimo de amor

Tatiana Helena José Facchin
Prisla Ücker Calvetti

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil*

RESUMO

A falta da imposição dos limites pelos pais pode desencadear em problemas no ajustamento psicológico dos filhos e também no desenvolvimento de condutas agressivas. Este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica, cujos objetivos foram: contextualizar a família; apresentar e discutir as práticas educativas parentais positivas e negativas, identificando-as quando o dizer “não” significa amor; e a dificuldade dos cuidadores em dizer “não”. Faz-se necessário o desenvolvimento de novos estudos sobre este assunto, a fim de prevenir as possíveis consequências da falta de limites.

Palavras-chave: família; limites; sentimentos; infância; relação pais-filhos.

ABSTRACT

When the no is synonymous of love

The lack of limits imposed by parents can trigger problems in the psychological adjustment of children and also in the development of aggressive conduct. This paper presents a literature review, whose objectives were: to contextualize the family, present and discuss the practical positive parenting and negative, identifying them when the say “no” means love, and the difficulty of caregivers say “no”. It is necessary to develop new studies on this subject in order to prevent the possible consequences of the lack of boundaries.

Keywords: family; limits; feelings; childhood; relation parents-son.

RESUMEN

Cuando el no es sinónimo de amor

La falta de límites impuestos por los padres puede provocar problemas en el ajuste psicológico de los niños y también en el desarrollo de la conducta agresiva. Este trabajo presenta una revisión de la literatura, cuyos objetivos fueron: contextualizar la familia, presentar y discutir las prácticas de los padres positiva y negativa, la identificación de ellos cuando dicen “no” significa amor, y la dificultad de los cuidadores dicen “no”. Es necesario desarrollar nuevos estudios sobre este tema con el fin de prevenir las posibles consecuencias de la falta de límites.

Palabras clave: familia; límites; sentimientos; infancia; relación padre-hijo.

INTRODUÇÃO

Não se pode negar a velocidade com que as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, inclusive na instituição familiar. No passado, a mulher era apenas a dona de casa, preocupada em atender o marido, os filhos e as tarefas da casa, enquanto seu esposo trabalhava. A criança também era vista de forma diferente, como se fosse um pequeno adulto. Atualmente, há uma maior preocupação com a infância e suas implicações, e tanto homens quanto mulheres vão à lida, mostrando a alterações de papel em todos os membros da família,

bem como na sociedade (Wagner, Predebon, Mosmann e Verza, 2005). Entretanto, com a saída para o trabalho surge a questão: quem cuidará do filho? Muitos pais se sentem culpados tanto pela “ausência” de cuidado integral, assim como pela preocupação de deixar a criança desenvolver sua individualidade, o que pode dificultar a imposição de limites para a prole (Araújo e Sperb, 2009).

Ressaltava-se que o papel socioemocional paterno, no período anterior à década de 1960, se encontrava no processo da separação do vínculo simbiótico entre mãe e filho, e também no estabelecimento de limites

na educação. Com o movimento feminista e entrada da mulher no mercado de trabalho, as mães solicitam que os genitores se envolvam mais no cuidado com os filhos. Os transtornos de desenvolvimento (problemas emocionais, abuso de drogas, transtornos de conduta, entre outros) têm sido associados a “ausência total ou relativa da figura paterna durante a infância” (Falceto, Fernandes, Baratojo e Giugliani, 2008).

Monti (2008) ressalta que os pais acreditam que as leis que regem a natureza e a sociedade não deveriam atingir seus bebês. Desta forma, as crianças passam a ser superprotegidas, e quando mais velhas podem vir a cometer delitos acreditando que não serão punidas por seus atos. O não perceber o limite acarreta em um convívio social, em que a pessoa acaba invadindo o espaço alheio sem dar-se conta. Assim sendo, as normas que beneficiam a coletividade não são observadas, dificultando a convivência com quem as infringe.

A partir disso, teve-se como objetivo identificar as situações em que o dizer “não” significa amor, e como objetivos específicos verificar como o limite se constitui na pessoa, além de averiguar a dificuldade de dizer “não” à criança por parte dos cuidadores. Para tanto, a pesquisa realizada foi do tipo bibliográfica, abordando o tema formação de limites e sua importância no desenvolvimento do psiquismo humano. Posteriormente à revisão teórica sobre o assunto, com o intuito de fundamentar o trabalho, foi feito um levantamento das publicações dos últimos cinco anos, isto é, de julho de 2004 a julho de 2009 em revistas brasileiras de Psicologia, seguindo os eixos norteadores supracitados. Ao todo foram pesquisados setenta e sete títulos de revistas de psicologia, correspondendo a seiscentos e quatorze volumes, os quais estão em condição corrente, totalizando 6.798 artigos. Destes, 106 contemplavam completa ou parcialmente os tópicos em questão. Este número final corresponde menos de 1% das publicações.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA FAMÍLIA

A família é a mais antiga instituição social. Tradicionalmente, ela é formada por pais e filhos – família nuclear –, ou ainda, por seus parentes mais próximos – família extensiva (Machado, 2005). Entretanto, não é em todas as culturas que ela é tida como entidade única e universal. Assim, os conceitos tradicionais sobre família não valem para a família contemporânea, pois esta está em constante interação e transformação, especialmente devido a mudanças socioeconômicas e culturais, não se propondo mais a ter papéis pré-definidos, como o de masculino e feminino, direitos e deveres (Carvalho, 2000; Perlin e Diniz, 2005; Costa, Cia e Barham, 2007).

Para Moura e Araújo (2004), por um longo período a maternagem foi considerada função exclusivamente feminina. No entanto, revisões teóricas referentes à instituição familiar apontam que a exaltação ao amor materno é relativamente recente na história da civilização ocidental, cujo vínculo é descrito como “instintivo” e “natural”. Desde a antiguidade, até a idade média, o homem era visto como superior à mulher e às crianças. Esta diferença era pensada como inerente à natureza humana, de modo que o homem dispunha de autoridade natural perante os outros membros da família. Assim, a mulher tinha um papel semelhante ao da criança, isto é, de submissa ao seu marido.

Quando a criança não necessitava mais dos cuidados da mãe ou da ama, ela passava a ter uma condição semelhante a dos adultos, participando e misturando-se a eles em todas as atividades sociais. A criança pequena não era levada em consideração por ser frágil. Badinter (in Moura e Araújo, 2004) questiona se a grande causa de mortalidade infantil neste período foi consequência da falta de apego das mulheres para com seus filhos, e não o fato de a mãe não se apegar à criança por esta ter poucas chances de sobrevivência.

Áries (in Moura e Araújo, 2004) refere que a partir do século XVII houve transformações no sentimento familiar associado à valorização da infância, desde modificações de hábitos educacionais, até o reconhecimento de igualdade entre os filhos no que diz respeito à herança. É importante ressaltar que, nessa época, a maior parte dos casamentos ocorria por interesses, isto é, não necessariamente havia algum envolvimento emocional mais profundo com o cônjuge, mas o matrimônio ocorria por ter alguma vantagem econômica para ambas as famílias. Neste século, começaram a ser registrados escritos e práticas que retratavam algum tipo de preocupação moral e pedagógica com o cuidado e a educação das crianças (Corso e Corso, 2006).

A partir do século XVIII, o cuidado da criança “apoiou-se na difusão da medicina doméstica enquanto conjunto de técnicas que permitiram às classes burguesas retirar seus filhos da ‘influência negativa’ dos serviçais, colocando-os sob o domínio dos pais”, assim, introduziu-se na família a disciplina por meio da vigilância e minucioso controle (Donzelot, in Moura e Araújo, 2004). Kamers (2006) refere que nesta época a mulher passou a ser valorizada em função do filho devido ao estimo do discurso de maternidade, ou seja, passou-se a idealizar o valor de amor materno.

Nas sociedades pré-modernas, as crianças cresciam compartilhando o trabalho e a promiscuidade doméstica, além de terem a puberdade como sinal de maturidade sexual, o que representava que o infante já poderia se

casar e procriar. Com o passar do tempo, foi percebida a necessidade de diferenciar a vida dos adultos e das crianças, bem como dar a estas o tempo e os estímulos requeridos para sua evolução. Isso significou que, além de lento, o desenvolvimento das crianças implica muito investimento por parte dos adultos, de modo que o criar passou a ser educar (Corso e Corso, 2006).

Wagner et al (2005) lembram que ao longo do século XX houve transformações no que se refere ao exercício das práticas educativas. Entre 1930 até meados de 1980, os pais, geralmente, executavam tarefas educativas conforme a tradicional divisão de papéis conforme o gênero, isto é, ao homem cabia a função de prover a família, enquanto a mulher exercia a função doméstica (Hirata e Kergoat, 2007). Dentro da década de 1980 os papéis parentais passaram por transformações, embora suas representações tivessem algumas marcas do modelo tradicional de parentalidade e paternidade (Wagner et al., 2005). Dentre as mudanças ocorridas nesta época, pode-se citar a entrada da mulher no mercado de trabalho, acarretando em um novo modelo familiar: o de conciliação, no qual praticamente apenas as mulheres precisam conciliar a vida familiar com a profissional (Hirata e Kergoat, 2007). Além disso, houve uma quebra da hierarquia doméstica e no questionamento referentes à autoridade paterna (Teykal e Rocha-Coutinho, 2007).

Amazonas e Braga (2006) referem que com a entrada da mulher no mercado de trabalho, os filhos destas passam a ficar com as avós, as quais experimentam sentimentos ambivalentes em relação ao cuidado das crianças, pois elas podem se sentir sobrecarregadas por serem responsáveis pela rotina dos netos, enquanto que, com a idade em que elas estão, gostariam de poder descansar e de ter menos obrigações. Outra alternativa para as famílias em que ambos os progenitores trabalham é colocar filhos em creches (Weber, Santos, Becker e Santos, 2006), ou em internatos, quando mais velhos (De Salvo, Mazzarotto e Löhr, 2005).

Para Salem (in Moura e Araújo, 2004), na década de 1980, as representações de maternidade e paternidade deixam de ser vislumbradas como auto-evidentes, sendo percebidas como “situações sujeitas à elaboração e discussão do casal”. Nesta construção, há uma intensa valorização do compromisso emocional dos pais para com seu filho, com início desde a gravidez. A participação do pai desde o parto até os cuidados com o bebê é um elemento fundamental desta experiência. Já no que diz respeito à mãe, é valorizada a dedicação total à criança, dispensando-se desde membros da família até enfermeiras. Assim sendo, o casal deve assumir, desde o princípio, todos os cuidados com o filho. É

necessário lembrar que nesta época, geralmente, o casamento não ocorre por interesse, mas sim por haver um grande envolvimento afetivo entre o casal.

Wagner (2002) refere que, na sociedade, o valor de referência é derivado do eu, sendo a família importante por possibilitar a cada membro o constituir-se como sujeito autônomo. Entretanto, isso evidencia as contradições internas desta instituição, visto que concomitantemente os laços de dependência são necessários, mas negados.

As transformações sociais que estão ocorrendo nas últimas décadas geram consequências significativas para a estrutura e dinâmica tanto da família quanto do casal. Perlin e Diniz (2005), em seu estudo, constataram que está ocorrendo uma participação mais efetiva dos maridos nas tarefas domésticas, quando o casal trabalha, embora menor que as das esposas. O discurso igualitário masculino frequentemente não se reflete nas atitudes dos homens, no entanto, as mulheres podem dificultar a inserção dos homens na vida doméstica, uma vez que elas podem estar querendo manter o mito de “rainha do lar”, ou receiam em perder o domínio pela área já dominada anteriormente.

É preciso ressaltar que a família tradicional, composta por pai, mãe e filho(s) não é a única na sociedade atual, isto é, surgiram novos modelos familiares, nas quais o casal parental pode ser homossexual, por exemplo (Amazonas e Braga, 2006). Entretanto, há vários empecilhos para a adoção de crianças por estes casais, dificultando uma real formação de família.

A família passou por diversas mudanças ao longo dos séculos. Os papéis representados pelos seus membros modificaram-se com o tempo, e, assim, a família teve de se readaptar a sua nova realidade. Desta forma, a mãe, antes responsável pela educação dos filhos, passa a dividir esta responsabilidade com o pai e com os outros cuidadores da criança.

IMPORTÂNCIA DE ESTABELEECER LIMITES

Como primeira configuração de limite, a pele exerce uma função importante na formação da imagem corporal, no sentimento de unidade da criança e na constituição de seu ego (Jeammet, Reynaud e Consoli, 2000). Sigmund Freud (in Ferrari, 2006) afirma que apenas quando o bebê reconhece o seu entorno como não-eu, isto é, a partir do limite epitelial dado pelo corpo, inicia-se a formação do ego propriamente dito.

Para Tiba (1996) as primeiras interações entre mãe-bebê é de grande importância para a formação da rotina e uma das primeiras formas de estabelecer limites. Assim, as genitoras devem impor que o tempo de mamada é de 4 em 4 horas, geralmente, pois cada caso

deve ser avaliado. Bion (in Barbosa e Milman, 1995) acredita que o pensamento surge a partir do vínculo inicial mãe-bebê. A mãe tem o papel de “traduzir” os desejos de seu filho. No desenvolvimento deste bebê ocorrerão várias situações de frustração, nas quais a mãe será a depositária desse “desconforto”, por meio do mecanismo de identificação projetiva. A genitora, ao receber esse “desconforto” projetado por seu filho, o transforma em algo tolerável, devolvendo ao bebê a resposta que ele necessita “purificada”. Isto é, a mãe tem um papel continente, no qual tolera as manifestações de seu filho e significa para ele os conteúdos expressos.

Quando o bebê é frustrado tem duas opções: fugir destas ou tentar modificá-las, inventando novas alternativas para tal. Por meio desse processo, a “criança desenvolve a tolerância à frustração”, favorecendo uma maior adaptabilidade à realidade. No entanto, quando as angústias mais primitivas não conseguiram ser “transformadas por um objeto disponível e continente”, o bebê tenderá a livrar-se delas “despejando-as no mundo externo”, especialmente por via motora, pois a criança não consegue tolerar tais angústias dentro de si (Barbosa e Milman, 1995, p. 95).

Conforme Anna Freud (1976), a criança passa por uma série de mudanças que a levam a uma conduta social por causa da dependência em relação aos seus pais, tanto material quanto emocional. Pelo fato de o infante necessitar do amor e da proteção de seus genitores, ele aprende a levar em conta os desejos de seus pais como se fossem seus próprios e a modificar sua conduta conforme as atitudes sociais deles. A autora supracitada ainda afirma que o êxito ou fracasso no estabelecimento de reações pacíficas e positivas, nos adultos, ante outras pessoas depende da experiência em que passou durante sua infância. Além disso, as relações primárias com seus genitores determinam as características de todos os seus afetos e inimigos. Ela também relata que a maneira pela qual a criança tenta combater seus instintos agressivos para com seus pais tem relação causal com muitas de suas atitudes hostis e intolerantes com outros indivíduos.

Os adultos são responsáveis por introduzir e transmitir a Lei, necessária para a vida civilizada e à manutenção da cultura, para os pequenos, isto é, esta transmissão está baseada em uma posição de responsabilidade assumida pelo mundo (Kamers, 2006). Os adultos recusam a autoridade, de modo a negar o compromisso com a responsabilidade pelo mundo, no qual trouxeram as crianças. Os genitores demonstram dificuldade em manter uma posição de autoridade, porém percebem que os filhos estão pedindo ajuda e se sentem responsáveis por esta situação (Hurstel, 2006).

Outeiral (2007, p. 27) afirma que o “adulto assume responsabilidades, cuida e protege, serve de exemplo e estabelece limites” a fim de que crianças e adolescentes desenvolvam-se sadiamente. O servir de exemplo, ao qual o autor se refere, diz respeito a ser o Outro, de ser o modelo de identificação. Não obstante, os adultos têm responsabilidade sobre o nascimento psíquico de crianças, o qual ocorre por meio da transmissão de cultura, isto é, da tradição.

Pelo fato de a adolescência estar se estendendo até a adultez, é restrito o número de adultos que possam estabelecer “identificações estruturantes e saudáveis”. Assim, nesses adultos presos na adolescência são comumente encontrados aspectos narcísicos, impulsividade alta e baixa tolerância à frustração. Para esses indivíduos, “o pensamento concreto predomina sobre o abstrato, a palavra é substituída pela ação e a outra pessoa é, apenas, uma pessoa-coisa, não um sujeito” (Outeiral, 2007, p. 27). Nesse sentido, pode-se pensar que as características da adolescência prolongada não surgem repentinamente, mas são consequências de valores e vivências que são passados de geração a geração, desembocando no adulto-adolescente.

Tiba (1996) ressalta que é bastante comum os maridos ficarem mais preocupados com suas esposas do que com seus filhos. Desse modo, muitos pais acabam por ou não interferir na criação dos filhos ou ainda aplicar um castigo nestes, mas que é abrandado pela mãe. Para o autor, os casos mais complicados de delinquência ou dependência de drogas têm grande contribuição pela falta de ação do pai. O grande controlador, representado pela figura paterna na família, quando falha gera abusos por parte dos filhos. Quando esses abusos são bem-sucedidos, eles se estendem para a área social, por meio da delinquência e da compulsão pelas drogas. Silva, De Micheli, Camargo, Buscatti, Alencar e Formigoni (2006) referem que influências familiares negativas (presença de conflitos, relacionamentos insatisfatórios: pais presentes fisicamente, mas ausentes emocionalmente) corroboram para que o adolescente se envolva com drogas e com a delinquência.

Ferrari (2006) sugere que cada vez mais prevalece a noção de sujeito como individual e solitário, como se fosse uma pessoa isolada, apenas uma soma de partes. Por conseguinte, Costa (in Ferrari) afirma que estamos diante da cultura do narcisismo, ou seja, a posição de isolamento é o valor almejado. Os pais fortalecem esse pensamento ao colocar o filho na posição de pequeno soberano, em que tudo pode, e os outros não são importantes (Monti, 2008).

Silveira (2007) relata que certas maneiras de funcionamento psíquico, em suas relações com a realidade externa, são cada vez mais presentes em

patologias não-neuróticas. Nesses casos, há um subjacente modo de funcionamento psíquico e de relação com o outro. Os casos-limite têm como características a fragilidade do ego e pela dependência dos objetos, aquém de sua representação. A oscilação entre a angústia de intrusão e de abandono são acentuadas, expondo a problemática do limite entre interior e exterior.

Silveira, Pacheco, Cruz e Schneider (2005) comentam que quanto mais eficazes forem os pais na imposição e na manutenção de limites e regras na infância, menor o número de intervenções necessárias na adolescência. Vários autores comentam sobre as consequências da falta de limites, as quais podem ser observadas desde a infância, tendo maior impacto e relevância na adolescência. (Broecker e de Jou, 2007; Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini e Hutz, 2005).

O estilo parental autoritário pode estar diretamente relacionado ao comportamento antissocial, uma vez que os pais apresentam e impõe muitas regras e limites, com baixo envolvimento afetivo. Além disso, este estilo parental pode gerar, nos filhos, rendimento escolar moderado, e, se a coerção for grande, ansiedade, rendimento escolar ainda menor e hostilidade e agressividade no contato com figuras de autoridade. Desta forma, os filhos podem ter poucas habilidades sociais, além de depressão e baixa autoestima, o que pode levá-los ao uso pesado de drogas ilícitas e álcool como forma de esquiva desses problemas (Pacheco et al., 2005; Broecker e de Jou, 2007). Ressalta-se que, nesse caso, há uma imposição de limites, porém sem envolvimento afetivo. Prust e Gomide (2007) reforçam essa ideia ao relatar que suporte (ou apoio) e controle estão relacionados, sendo estas características parentais possíveis para a inibição do desenvolvimento de comportamentos antissociais.

Para Hurstel (2006) os pais transmitem o amor – o querer bem – e os interditos – sentido de dever. Genitores que se utilizam de práticas educativas socialmente desejáveis conseguem fazer com que o filho se sinta aceito, valorizado e seguro, pois mostram-se sensibilizados pelos sentimentos do filho, bem como envolvem-se positivamente com ele, compreendendo-o, sendo afetivos e o apoiando (Broecker e de Jou, 2007).

A introdução de limites ocorre desde a formação do feto, sendo uma tarefa a ser realizada e reforçada a cada momento. Os pais precisam estar atentos aos momentos em que a criança pede para ser contida, pois ela mesma não tem aparelho psíquico suficiente para “aguentar” que pode fazer o que bem entender, na hora que quiser. O estilo parental fará diferença na percepção dos filhos sobre o porquê de o limite estar sendo dado.

Não há dúvidas de que deixar as crianças sem a devida contenção de suas atitudes pode gerar uma série de consequências futuras, não só para a vida dela, mas para a sociedade, uma vez que esta pessoa precisará, em algum momento, interagir com outras, e se não tiver habilidades sociais devidamente desenvolvidas, terá dificuldade no relacionamento interpessoal. Além disso, o não dizer “não”, por mais que *a priori* pareça o ideal por deixar a criança satisfeita e feliz, pode acarretar em dificuldades escolares, uso de drogas e de álcool entre outros.

SENTIMENTOS DE AMBIVALÊNCIA DOS PAIS

Corso e Corso (2006) apontam a paternidade como imposta e impostora ao mesmo tempo, sendo difícil para o filho compreender que é dessa consciência da fragilidade paterna é que nasce a condição precisa para encontrar em si próprio os recursos necessários para viver. É importante salientar que o pai é um homem que, devido ao nascimento de seu filho, aceita cumprir um papel, o qual ele sabe estar acima de suas forças.

Conforme Cieglinski e Alcântara (2007, p. 4) os pais sentem um “misto de culpa, insegurança e associação errônea de educação com repressão”. Este sentimento de culpa é, frequentemente, gerado pelo pouco tempo de convivência com o filho; assim, os genitores acabam fazendo todas as vontades de sua prole, acreditando que desta forma não traumatizarão seus filhos, ou mesmo que estes não deixarão de amá-los. No entanto, fazer tudo o que as crianças e adolescentes querem acarreta em pais-escravos-dos-filhos. Assim sendo, tem-se o limite como prova de amor dos genitores para com seus filhos. Tiba (1996) reforça a ideia acima ao referir que a mãe, devido ao instinto materno, sente-se culpada por não estar cuidando da prole em tempo integral, uma vez que sai para trabalhar, ficando longe dela. O “não” funciona como algo que contraria os instintos maternos, por isso é tão difícil aplicá-lo.

Os pais têm dificuldade em frustrar os filhos, o que possibilita que o infante, o qual não tem aparelho psíquico formado, seja o comandante da família. Tudo ocorre em função dele, sem que ele possua maturidade suficiente para entender o peso do papel que acaba sendo imposto a si. Os genitores igualam-se às crianças, sem compreender que estão em gerações diferentes (Hurstel, 2006). Cicco, Paiva e Gomes (2005) lembram que a falta de planejamento familiar, devido à imaturidade do casal parental, pode ter consequências na criação dos filhos. A falta de maturidade dos pais pode fazer com que eles não se assumam como tal, por apenas

vislumbrar seu papel filial, cujas consequências remete à inabilidade para dar limites às suas crianças.

Nos tempos mais primitivos, as mulheres eram responsáveis por proteger a prole, enquanto os homens saíam em busca de alimentos. Muitos desses instintos de proteção da mãe para com seu filho permanecem. Assim, como uma das primeiras formas de interação mãe-bebê ocorre por meio das mamadas, é frequente acontecer de a genitora não distinguir a diferença entre um filho com fome de outro manhoso já saciado. Não obstante, pelo fato de a criança misturar todas as funções, a perda de limites em relação à alimentação se estende para outras áreas, como a escolar, provocando mais prejuízos (Tiba, 1996).

Weber et al. (2006) observa o sentimento de culpa e angústia sentido pelas mães, quando estas vão trabalhar e para isso necessitam “abandonar” seus filhos. Além disso, elas também podem sentir ansiedade e medo por ter que deixar sua prole à mercê de cuidados em escolas de educação infantil. Entretanto, alguns genitores vêem no internato uma possibilidade de transferir sua responsabilidade de autoridade e controle, atitudes que, para muitos, é impossível ter (Silva e Rabinovich, 2007).

Os pais, da época pós-ditadura, receberam muitas mensagens que associavam limites a algo negativo. Assim, foi criada uma ideia de que impor regras causa traumas. No entanto, isso acarreta em consequências irreparáveis na constituição de sujeito em seus filhos, de modo que os pais precisam pensar qual é a melhor maneira de educar sua prole: se é deixar os filhos fazendo o que querem, ou se o impor limites, mesmo que estes chorem, é a melhor alternativa a longo prazo (Cieglinski e Alcântara, 2007).

Hurstel (2006) lembra que houve uma inversão de valores, isto é, a sociedade como um todo, ao ver uma criança chorar cobra dos pais que tomem uma atitude, a fim de findar o barulho e a incomodação. Desta forma, o dizer “não” por parte dos adultos é reprovado pela população. Kamers (2006) ressalta que há uma recusa por parte do adulto em assumir a função parental, na questão do parentesco, implicando para a criança a impossibilidade de ocupar, na estrutura familiar, o lugar de filho, até mesmo devido à imaturidade do casal parental (Cicco et al, 2005). No entanto, a falta de limites na infância pode gerar comportamentos infinitamente piores na adolescência e na adultez. O problema é visto apenas no presente, não sendo analisado a longo prazo.

Os pais sentem-se culpados pelo suposto abandono aos filhos e, por isso, procuram satisfazer todas as suas vontades. No entanto, não percebem que estão privando a prole do desenvolvimento da tolerância à

frustração. Consequentemente, o limite não é imposto e a falta dele repercute de forma lenta e gradual, até que a situação fica insustentável e os genitores se sentem mais culpados ainda. Portanto, por mais sofrido que seja para um pai dizer um “não”, este será uma forma de preparar o filho para o mundo e suas adversidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a revisão bibliográfica, percebe-se a grande importância em estabelecer limites às crianças. A mudança na sociedade contemporânea auxilia na compreensão dos fenômenos que ocorrem dentro da família e, consequentemente, na dificuldade da imposição de limites. Outro ponto importante a ser destacado são os sentimentos gerados nos pais quando constata a necessidade de conter o filho, o qual quase não vêem, dificultando uma das atribuições parentais. Entretanto, é necessário ressaltar que o simples punir ou ainda uma severa disciplina não é sinônimo de uma efetiva imposição de limites, haja vista que para a criança adquirir as habilidades sociais necessárias para o convívio em grupo ela precisa aprender isto em casa, por meio das observações e experiências das relações familiares. Portanto, é necessário que exista um suporte de amor para que este infante compreenda o porquê dos “nãos”.

Embora haja um número escasso de publicações acerca dos temas supracitados, é preciso ressaltar que os artigos foram considerados na pesquisa caso contemplassem total ou parcialmente o assunto desejado. Desta forma, percebe-se que poucos artigos apresentam, realmente, a temática de imposição de limites, assunto tão discutido atualmente. A psicologia enquanto ciência, estudiosa de assuntos relacionados ao desenvolvimento humano e a formação do psiquismo, deveria se preocupar mais com esta temática, uma vez que a falta do estabelecimento de limites acarreta em consequências futuras, além de a curto prazo, tanto para o sujeito quanto para a sociedade.

O saber frustrar o filho, sem demasia, com afeto é uma forma de investimento, não só na criança, mas também em sua maneira de lidar com o mundo externo. Assim, a criança pode se desenvolver mais sadiamente, tendo menos chances de fazer uso de drogas, álcool, ou mesmo diminuindo a probabilidade de, futuramente, desenvolver transtorno antissocial ou transtorno opositivo. Desta forma, pode-se afirmar que o “não” pode ser entendido como sinônimo de amor, pois o dar limites é um investimento a longo prazo, que pode evitar sofrimentos futuros, no indivíduo e na sociedade.

REFERÊNCIAS

- Amazonas, M.C.L.A. & Braga, M.G.R. (2006). Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(2), 177-191.
- Araújo, G.B. & Sperb, T.M. (2009). Crianças e a construção de limites: narrativas de mães e professoras. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 185-194.
- Barbosa, A. & Milman, C. (1995). Excesso e falta de frustração: Possíveis consequências para a formação do pensamento na criança. *Publicação CEAPIA*, 8, 94-100.
- Broecker, C.Z. & de Jou, G.I. (2007). Práticas educativas parentais: A percepção de adolescentes com e sem dependência química. *Psico USF*, 12(2), 269-279.
- Carvalho, B.J. (2000). *Marcas de família, travessias no tempo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cicco, M.F. de, Paiva, M.L.S.C. & Gomes, I.C. (2005). Família e conjugalidade: O sintoma dos filhos frente à imaturidade do casal parental. *Psicologia Clínica*, 17(2), 53-63.
- Cieglinski, A. & Alcântara, C. (2007, 22 de julho). Limite é bom, gostem ou não. *Zero Hora: Caderno Donna*, 3-5.
- Corso, D.L. & Corso, M. (2006). *Fadas no divã: Psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed.
- Costa, C.S.L. da, Cia, F. & Barham, E.J. (2007). Envolvimento materno e desempenho acadêmico: comparando crianças residindo com a mãe e com ambos os pais. *Psicologia Escolar e Educacional*, 11(2).
- De Salvo, C.G., Mazarotto, I.H.K. & Löhr, S.S. (2005). Promoção de habilidades sociais em pré-escolares. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 15(1).
- Falceto, O.G., Fernandes, C.L., Baratojo, C. & Giugliani, E.R.J. (2008). Fatores associados ao envolvimento do pai nos cuidados do lactente. *Revista de Saúde Pública*, 2(6).
- Ferrari, M.A.L. (2006). Dias. O papel da diferença na construção da identidade. *Boletim de psicologia*, 56(124), 1-8.
- Freud, A. (1976). *Psicoanálisis del desarrollo del niño y del adolescente*. Buenos Aires: Paidós.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.
- Hurstel, F. (2006). Autoridade e transmissão da dívida de vida: Uma função fundamental dos pais. *Epistemo-somática*, 3(2), 163-173.
- Jeammet, P., Reynaud, M. & Consoli, S.M. (2000). *Psicologia Médica* (2ª ed.). São Paulo: MEDSI.
- Kamers, M. (2006). As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. *Estilos da Clínica*, 11(21), 108-125.
- Machado, H.V. (2005). Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 317-323.
- Monti, M.R. (2008). Contrato narcisista e clínica do vazio. *Revista Latinoamericana de Psicopatología Fundamental*, 11(2).
- Moura, S.M.S.R. de & Araújo M.F. (2004). A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicologia: ciência e profissão*, 24(1), 37-46.
- Outeiral, J. (2007, 22 de julho). Adultos: Uma espécie em extinção. *Zero Hora*, 27.
- Pacheco, J., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C.A. & Hutz, C.S. (2005). Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: Uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 55-61.
- Perlin, G. & Diniz, G. (2005). Casais que trabalham e são felizes: Mito ou realidade. *Psicologia Clínica*, 17 (2), 15-29.
- Prust, L.W. & Gomide, P.I.C. (2007). Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 24(1).
- Silva, D.N. da & Rabinovich, E.P. (2007). Expectativas parentais: o internato como contexto de desenvolvimento. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(3).
- Silva, E.A. da, De Micheli, D., Camargo, B.M.V. de, Buscatti, D., Alencar, M.A.P. de & Formigoni, M.L.O.S. (2006). Drogas na adolescência: temores e reações dos pais. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(1).
- Silveira, A.M.B. (2007). Notas sobre o relatório Brusset. *Revista Brasileira de psicanálise*, 1(1), 53-60.
- Silveira, L.M.O.B., Pacheco, J., Cruz, T. & Schneider, A.A. (2005). Estratégias educativas desejáveis e indesejáveis: Uma comparação entre a percepção de pais e mães de adolescentes. *Aletheia*, (21), 31-42.
- Teykal, C.M. & Rocha-Coutinho, M.L. (2007). O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. *Psico*, 38(3), 262-268.
- Tiba, I. (1996). *Disciplina, limite na medida certa*. São Paulo: Gente.
- Wagner, A. (Org.). (2002). *Família em Cena: Tramas, dramas e transformações*. Petrópolis: Vozes.
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C. & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 181-186.
- Weber, L.N.D., Santos, C.S.D. dos, Becker, C. & Santos, T.P. dos. (2006). Filhos em creches no século XXI e os sentimentos das mães. *Psicologia Argumento*, 24(44), 45-54.

Recebido em: 23/09/2009. Aceito em: 12/01/2011.

Dados das Autoras:

Tatiana Helena José Facchin – Especialista em Psicossomática pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Membro fundador do Instituto Brasileiro de Psicologia da Saúde (IBPS); Mestranda em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
 Prislá Ücker Calvetti – Doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora do Instituto de Educação e Pesquisa (IEP) do Hospital Moinhos de Vento.

Enviar correspondência para:

Rua Dona Laura, 108/11 – Bairro Rio Branco
 CEP 90430-090, Porto Alegre, RS, Brasil
 E-mail: tatiana.facchin@ibpsonline.com.br
 prisla.calvetti@gmail.com